

Relatório Trimestral de Atividades

4º Trimestre de 2016

© TCEES, 2016

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório Trimestral de Atividades: 2016 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2016.

37p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2016.

I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Vice-Presidente

José Antônio Almeida Pimentel

Corregedor

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Ouvidor

Domingos Augusto Taufner

Conselheiros

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Geral

Luciano Vieira

Procuradores de Contas

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luís Henrique Anastácio da Silva

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA

Fabiano Valle Barros

SECRETÁRIO-GERAL DAS SESSÕES

Odilson Souza Barbosa Junior

SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Rodrigo Lubiana Zanotti

SECRETÁRIO-GERAL ADMINISTRATIVO

Marco Antônio S. Moscoso

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NEGÓCIO

Controle Externo

MISSÃO

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

VISÃO

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

VALORES

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 4º trimestre de 2016.

Dentre as ações realizadas pelo TCEES nesse 4º trimestre, podemos destacar:

- Realização de seminário para orientação de vereadores. A programação incluiu palestras sobre as funções dos parlamentares: legislar, fiscalizar, julgar, administrar e debater.
- Realização do curso sobre “controle social” com objetivo de instruir a sociedade da importância de sua integração com a administração pública, resultando em maior eficiência e melhorias do setor público.
- Lançamento da ferramenta de transparência CidadES – Controle Social no seminário de orientação para os prefeitos eleitos.
- Apresentação para todos os servidores dos resultados dos 14 projetos que compõe o Plano Estratégico 2016. Na oportunidade foi lançada a Etapa Modelo de Gestão de Pessoas do projeto Avançar, assessorado pela Fundação Dom Cabral.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 4º trimestre de 2016, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 06 de fevereiro de 2017

Conselheiro **Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**
Presidente

SUMÁRIO

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES.....	7
AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE.....	8
ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	10
3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE.....	10
3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO.....	11
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....	17
3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS.....	21
ATIVIDADES DE GESTÃO.....	22
4.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	22
4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	23
4.3 SERVIÇOS GERAIS.....	25
4.4 GESTÃO DOCUMENTAL.....	25
4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	26
4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	27
4.7 CONTROLE INTERNO.....	28
4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA.....	29
NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA.....	30
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC.....	31
CORREGEDORIA.....	32
OUVIDORIA.....	34
ANEXOS.....	37

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

SOCIEDADE

- ✓ *Realização de seminário para orientação de vereadores. A programação incluiu palestras sobre as funções dos parlamentares: legislar, fiscalizar, julgar, administrar e debater.*
- ✓ *Realização do curso sobre “controle social” com objetivo de instruir a sociedade da importância de sua integração com a administração pública, resultando em maior eficiência e melhorias do setor público.*
- ✓ *Lançamento da ferramenta de transparência CidadES – Controle Social no seminário de orientação para os prefeitos eleitos. O evento contou com diversas palestras de interesse aos executivos municipais, finalizando com a do governador Paulo Hartung, tratando sobre o desafio da gestão e inovação no setor público em tempos de crise.*
- ✓ *Capacitação dos servidores estaduais a fim de encaminharem as prestações de contas anuais por meio do CidadES. O novo sistema, desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas, disponibiliza todas as aplicações do dinheiro público dentro estado do Espírito Santo.*
- ✓ *Coral de Contas inicia a agenda de apresentações em hospitais e instituições, sendo o terceiro ano consecutivo em que levam alegria na época do natal.*

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ *Capacitação dos conselheiros no V Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado em Cuiabá-MT. A construção da excelência Institucional foi o tema principal, contando com a abertura pelo presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).*
- ✓ *Participação do Presidente do TCE-ES no lançamento do projeto “Excelência Municipal”, com objetivo de avaliar o esforço do município em melhorar os resultados medidos por indicadores em diversas áreas de interesse da sociedade. A ferramenta foi desenvolvida pelo ES em Ação em parceria com diversas instituições, inclusive o Tribunal de Contas.*

GESTÃO ESTRATÉGICA

- ✓ *Apresentação para todos os servidores dos resultados dos 14 projetos que compõe o Plano Estratégico 2016. Na oportunidade foi lançada a Etapa Modelo de Gestão de Pessoas do projeto Avançar, assessorado pela Fundação Dom Cabral.*

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ *O TCE disponibilizou aos seus servidores 25 vagas do mestrado em Administração com foco em Governança Pública na FUCAPE. O processo seletivo foi organizado pela própria instituição.*
- ✓ *Exposição no Tribunal de Contas de trinta fotos com autoria dos servidores da Corte. 14 delas foram selecionadas através de um concurso para ilustrar o calendário de 2017.*
- ✓ *Dia do Servidor Público no TCE contou com apresentações musicais canto e instrumental, de poesia, coral e uma palestra sobre gratidão. Foi realizada uma campanha que arrecadou R\$ 5.758,36 em produtos de limpeza e higiene pessoal para doação.*
- ✓ *Adesão do TCE à campanha Outubro Rosa organizada pela Associação Feminina de Estudo e Combate ao Câncer (Afecc). Foram realizadas atividades para envolver os servidores nesta importante ação, que visa despertar o interesse da população para a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.*

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- ✓ *Autuação e formação de processos de controle externos, administrativos internos e normativos no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) passam a ser exclusivamente em meio eletrônico.*

ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

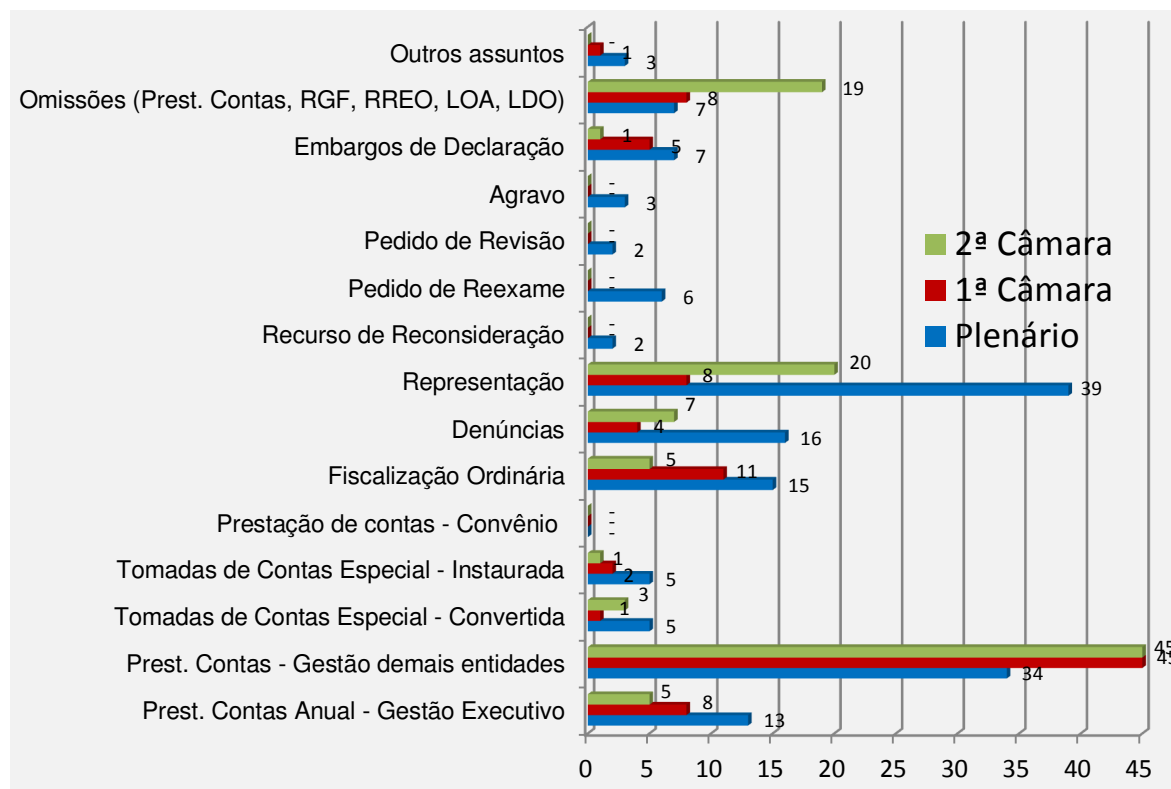
<i>Processos atuados no TCEES</i>	2.107
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	8
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	154
<i>Processos de controle externo</i>	1.945
<i>Número de sessões realizadas</i>	30
<i>Número de Atos Normativos</i>	16
<i>Número de processos julgados ou apreciados</i>	397
<i>Número de Acórdãos</i>	367
<i>Número de Pareceres Prévios</i>	27
<i>Número de Pareceres Consulta</i>	3
<i>Número de Decisões</i>	1.390
<i>Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais</i>	63.510,4
<i>Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos</i>	14.800,1
<i>Demandas atendidas pela Ouvidoria</i>	103

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Atos do Plenário	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Sessões plenárias	27	13	10	7
Ordinárias	25	11	10	7
Extraordinária	-	1	-	-
Especial	-	-	-	-
Administrativa	2	1	-	-
Processos em pauta	2382	522	1239	595
Processos julgados ou apreciados	659	167	110	120
Notificações / Citações elaboradas	793	906	-	-

ACÓRDÃOS



Atos do Plenário	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Decisões	1914	145	878	367
Acórdãos (*)	635	160	96	111
Pareceres prévios	16	4	14	9
Pareceres em consulta	8	3	-	-
Resoluções	4	2	-	-
Instruções normativas	-	3	-	-
Total	2577	317	988	487

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

JULGAMENTO CONCLUSIVO

Resultados dos Pareceres Prévios	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Prestação de Contas	15	2	14	9
Parecer pela aprovação	10	1	5	5
Parecer pela aprovação com ressalva	2	1	5	2
Parecer pela rejeição	3	-	4	2
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas iliquidáveis	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Recursos	1	2	-	-
Negar provimento - aprovação	-	-	-	-
Negar provimento – aprovação com ressalvas	1	-	-	-
Negar provimento - rejeição	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	-	-	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	2	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	16	4	14	9

Resultados dos Acórdãos	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Prestação de Contas Anual – Gestão Executivo	18	13	8	5
Regular	16	7	5	4
Regular com ressalva	1	1	3	-
Irregular	1	2	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	3	-	1
Prestação de Contas – Gestão demais entidades	126	34	45	45
Regular	96	22	31	33
Regular com ressalva	22	7	9	6
Irregular	8	3	4	6
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	2	1	-
Tomada de Contas Especial – Convertida	9	5	1	3
Regular	-	-	-	-
Regular com ressalva	1	1	-	-
Irregular	8	4	1	3
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Tomada de Contas Especial - Instaurada	6	5	2	1
Regular	1	1	1	-
Regular com ressalva	-	2	1	1
Irregular	1	1	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	4	1	-	-
Prestação de Contas - Convênio	1	-	-	-
Regular	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	1	-	-	-
Fiscalização Ordinária	21	15	11	5
Acolher razões de justificativa	4	3	1	-
Não acolher razões de justificativa com multa	2	1	3	-
Não acolher razões de justificativa sem multa	-	3	1	2
Outros	15	8	6	3
Denúncias	34	16	4	7
Procedente	2	-	-	-
Parcialmente procedente	2	2	-	-

Resultados dos Acórdãos	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Improcedente	6	5	1	1
Não conhecer	14	6	2	1
Outros	10	3	1	5
Representação	75	39	8	20
Procedente	10	5	4	5
Parcialmente procedente	4	3	-	1
Improcedente	23	11	1	2
Não conhecer	25	9	1	7
Outros	13	11	2	5
Recurso de Reconsideração	24	9	-	-
Provimento	13	-	-	-
Provimento parcial	2	2	-	-
Negado provimento	4	-	-	-
Não conhecer	3	4	-	-
Outros	2	3	-	-
Pedido de Reexame	9	6	-	-
Provimento	2	-	-	-
Provimento parcial	1	-	-	-
Negado provimento	4	2	-	-
Não conhecer	-	2	-	-
Outros	2	2	-	-
Pedido de Revisão	3	2	-	-
Provimento	1	1	-	-
Provimento parcial	1	-	-	-
Negado provimento	-	-	-	-
Não conhecer	1	1	-	-
Outros	-	-	-	-
Agravo	5	3	-	-
Provimento	-	-	-	-
Negado provimento	2	-	-	-
Não conhecer	-	3	-	-
Outros	3	-	-	-
Embargos de Declaração	4	7	5	1
Provimento	1	4	3	-
Negado provimento	3	3	2	-
Não conhecer	-	-	-	-
Outros	-	-	-	1
Outros assuntos	303	11	12	23
Regular	-	-	-	-
Irregular	-	-	2	2
Improcedente	-	-	-	-
Saneado da omissão	-	-	-	-
Procedência	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Arquivar	289	4	7	16
Multa	5	4	2	5
Tornar insubsistente acórdão	-	-	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-	-	-
Anular acórdão	-	-	-	-

Resultados dos Acórdãos	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Extinção da obrigação	-	-	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-	-	-
Outros	9	3	1	-
Total	638	165	96	110

Resultado das Decisões	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Registro de pessoal	879	-	753	262
Registro	879	-	752	262
Admissão	422	-	291	37
Aposentadoria	322	-	313	151
Pensão	59	-	73	27
Reforma	4	-	23	10
Transferência para reserva	10	-	33	17
Revisão de proventos	-	-	4	-
Retificação de ato	-	-	-	-
Reexame de decisão	-	-	-	-
Devolver à origem	15	-	2	6
Outras	47	-	13	14
Denegar registro	-	-	1	-
Demais decisões	1035	145	125	105
Converter Tomada de Contas Especial e citar	15	2	1	-
Rejeitar alegações na fase prévia (art. 157, §3º)	2	5	2	1
Citação / notificação	793	12	-	1
Notificar / citar por edital	3	-	-	-
Realizar Fiscalização	9	7	-	-
Instaurar / Complementar Tomada de Contas Espec.	4	-	-	-
Diligência interna / externa	-	2	1	-
Revelia	6	-	-	-
Dar ciência do Rel. de Gestão Fiscal e/ou RREO	-	-	-	-
Ratificar / Deferir Medida Cautelar	6	17	1	2
Ratificar / Indeferir Medida Cautelar	29	11	1	4
Revogar Medida Cautelar	1	1	-	2
Sobrestar julgamento / apreciação	3	1	-	1
Submeter ao Plenário (incidente inconst., art. 16, § 3º, etc)	6	-	-	-
Alerta	95	38	116	80
Consulta - não conhecer	7	2	-	-
Conceder efeito suspensivo a recurso (Reexame, Agravo)	1	2	-	-
Não conceder efeito suspensivo a recurso	1	7	-	-
Deferir parcelamento	2	1	-	-
Outras	52	37	3	14

Resultado das Decisões	4º trim 2015	4º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Total	1914	145	878	367

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
0019	C. Muniz Freire	NÃO É POSSÍVEL A CRIAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS, AINDA QUE SUPOSTAMENTE SE JUSTIFIQUEM POR UMA ECONOMICIDADE NÃO DEMONSTRADA, ENQUANTO O ÓRGÃO SE ENCONTRAR ACIMA DO LIMITE PRUDENCIAL DE GASTOS DE DESPESA COM PESSOAL, MESMO QUE DA CRIAÇÃO NÃO RESULTE O CORRESPONDENTE PROVIMENTO.
0020	IPAS Serra	PROFESSOR DETENTOR DE VÍNCULO EFETIVO COM A ADMINISTRAÇÃO, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE COORDENADOR DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, NO ÂMBITO MUNICIPAL OU ESTADUAL, NÃO APROVEITARÁ O TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO NO CITADO CARGO PARA FINS DE APOSENTADORIA ESPECIAL DE MAGISTÉRIO (ART. 40, § 5º, DA CF), EM RAZÃO DE AS FUNÇÕES DO CARGO SE AFASTAREM DA REGÊNCIA DE CLASSE, DIREÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, COORDENAÇÃO ESCOLAR E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO - PROVIMENTO DO CARGO DE COORDENADOR DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DEVERÁ OCORRER POR MEIO DE NOMEAÇÃO.
0021	P. Muniz Freire	APOSENTADORIA CONSTITUI HIPÓTESE DE VACÂNCIA DO CARGO NO REGIME ESTATUTÁRIO, NÃO PODENDO UM SERVIDOR ESTATUTÁRIO, AINDA QUE APOSENTADO PELO RGPS, CONTINUAR NO CARGO DO QUAL SE APOSENTOU - O CARGO DEVE SER DECLARADO VAGO EM FACE DA OCORRÊNCIA DE HIPÓTESE DE VACÂNCIA PREVISTA NOS ESTATUTOS DOS SERVIDORES - A HIPÓTESE PREVISTA NO § 3º DO ARTIGO 41 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NÃO SE COMUNICA COM A HIPÓTESE DE VACÂNCIA DO CARGO POR APOSENTADORIA, VEZ QUE O INSTITUTO DA DISPONIBILIDADE SOMENTE SE APLICA ÀQUELES QUE ESTÃO NA ATIVIDADE - NÃO HÁ COMO ESTA CORTE PREVER QUAIS DEMANDAS JUDICIAIS PODEM OU NÃO SER APRESENTADAS FACE AOS MUNICÍPIOS, NEM O POSSÍVEL DESFECHO DESTAS PERANTE O JUDICIÁRIO.
Total		3

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
300	Estabelece prazos para apreciação e julgamento dos processos e metas de redução de estoque processual no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	29/11/16
301	Institui a Política de Segurança da Informação, na área de Tecnologia da Informação, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (PSI/TCEES).	20/12/16
Total		2

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc.) ou de iniciativa interna/própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário.

O procedimento de auditoria, principal instrumento utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.

O relatório de atividades da Segex, até a entrada em operação do sistema E-TCEES, exibia dados coletados manualmente pelas secretarias e núcleos. A partir do advento do sistema e a fim de se divulgar as atividades da área técnica do Tribunal em conformidade com o art. 50 da Lei Orgânica do TCEES, estas serão apresentadas por natureza de processo. Tal mudança na apresentação das informações inicia-se nesse relatório de atividades do **4º trimestre de 2016**.

Natureza	4º trim.
Manifestação Técnica	1
1. Consulta	5
Instrução Técnica de Consulta	5
2. Contas	642
Instrução Técnica Conclusiva	1
Instrução Técnica Inicial	2
Manifestação Técnica	3
Relatório Técnico	3
2.1. Prestação de Contas	587
Manifestação Técnica	1
2.1.1. Bimestral	55
Instrução Técnica	36
Instrução Técnica Inicial	15
Manifestação Técnica	4
2.1.2. Ordenador	476
Análise Inicial de Conformidade	6
Instrução Técnica	3
Instrução Técnica Conclusiva	193

Instrução Técnica Inicial	82
Manifestação Técnica	43
Relatório de Monitoramento	1
Relatório Técnico	148
2.1.3. Prefeito	54
Instrução Técnica	2
Instrução Técnica Conclusiva	17
Instrução Técnica Inicial	15
Manifestação Técnica	5
Relatório Técnico	15
2.1.4. Tomada de Contas Anual de Ordenador	1
Manifestação Técnica	1
2.2. Tomada de Contas Especial	46
Instrução Técnica Conclusiva	1
2.2.1. Convertida	17
Instrução Técnica Conclusiva	8
Instrução Técnica Inicial	2
Manifestação Técnica	6
Relatório de Solicitação de Informações	1
2.2.2. Determinada	6
Instrução Técnica Conclusiva	1
Manifestação Técnica	5
2.2.3. Instaurada	22
Instrução Técnica Conclusiva	4
Instrução Técnica Inicial	4
Manifestação Técnica	13
Relatório de Solicitação de Informações	1
3. Fiscalização	1.865
Instrução Técnica Conclusiva	9
Instrução Técnica Inicial	2
Instrução Técnica Preliminar	2
Manifestação Técnica	12
Relatório de Auditoria	2
Relatório de Solicitação de Informações	1
3.1. Acompanhamento	4
Manifestação Técnica	2
Relatório de Acompanhamento	2
3.2. Atos Sujeitos a Registro	1.333
3.2.1. Admissão	549
Instrução Técnica Conclusiva	420
Instrução Técnica Preliminar	128
Manifestação Técnica	1
3.2.2. Aposentadoria	539
Instrução Técnica Conclusiva	443
Instrução Técnica Preliminar	96

3.2.3. Edital de Concurso	19
Instrução Técnica Conclusiva	10
Instrução Técnica Preliminar	8
Manifestação Técnica	1
3.2.4. Pensão	125
Instrução Técnica Conclusiva	95
Instrução Técnica Preliminar	30
3.2.5. Reforma	38
Instrução Técnica Conclusiva	32
Instrução Técnica Preliminar	6
3.2.6. Reserva	62
Instrução Técnica Conclusiva	61
Instrução Técnica Preliminar	1
3.2.7. Revisão	1
Instrução Técnica Conclusiva	1
3.3. Auditoria	99
Instrução Técnica Conclusiva	16
Instrução Técnica Inicial	16
Manifestação Técnica	37
Relatório de Auditoria	28
Relatório de Solicitação de Informações	2
3.4. Denúncia	44
Instrução Técnica Conclusiva	9
Instrução Técnica Inicial	4
Manifestação Técnica	31
3.5. Gestão Fiscal	129
3.5.1. Relatório Consolidado de Gestão Fiscal	2
Instrução Técnica	1
Instrução Técnica Inicial	1
3.5.2. Relatório de Gestão Fiscal	58
Instrução Técnica	8
Instrução Técnica Inicial	39
Manifestação Técnica	5
Relatório de Monitoramento	2
Relatório Técnico	4
3.5.3. Relatório Resumido de Execução Orçamentária	69
Instrução Técnica	2
Instrução Técnica Inicial	67
3.6. Inspeção	4
Instrução Técnica Conclusiva	1
Instrução Técnica Inicial	1
Relatório de Auditoria	1
Relatório de Inspeção	1
3.7. Levantamento	8
Instrução Técnica Conclusiva	2
Instrução Técnica Inicial	1

Manifestação Técnica	2
Relatório de Levantamento	3
3.8. Monitoramento	22
Instrução Técnica Conclusiva	1
Instrução Técnica Inicial	1
Manifestação Técnica	17
Relatório de Monitoramento	3
3.9. Representação	191
Instrução Técnica Conclusiva	48
Instrução Técnica Inicial	31
Manifestação Técnica	109
Relatório de Inspeção	3
3.10. Solicitação do Poder Legislativo	3
3.10.1. Solicitação de Auditoria/Inspeção	3
Instrução Técnica Conclusiva	2
Relatório de Inspeção	1
4. Recurso	31
4.1. Agravo	5
Instrução Técnica de Recurso	5
4.2. Embargos de Declaração	1
Relatório de Monitoramento	1
4.3. Pedido de Reexame	11
Instrução Técnica de Recurso	9
Manifestação Técnica	2
4.4. Recurso de Reconsideração	14
Instrução Técnica de Recurso	9
Manifestação Técnica	5
5. Revisão	3
5.1. Pedido de Revisão	3
Instrução Técnica de Pedido de Revisão	3
Total de documentos gerados no período	2.547

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N.º	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
70	Institui Comissão Permanente de Inventário, Avaliação, Reavaliação, Doação e Permuta de Bens Móveis Permanentes.	27/10/2016
76	Institui Comissão Técnica responsável pela análise e emissão de relatório técnico de recurso nos autos do Processo TC 6290/2016-2.	23/11/2016
77	Institui Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – PAD no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.	29/11/2016

ATIVIDADES DE GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	-	7
Auditor	3	1	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
Cargos efetivos	290	-	289
Auditor de Controle Externo	241	-	241
Assistente Técnico	15	-	15
Auxiliar de Serviços	12	-	12
Analista Administrativo	22	-	22
Cargos de Gabinete	70	7	77
Cargos comissionados	163	-	163
Chefias	26	-	26
Assessoramento	137	-	137
Total	536	8	544

Estabilizados	11
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	9
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	34

Estagiários	4º trim 2016
Nível superior	81
Nível médio	43

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	4º trim 2015	4º trim 2016
Eventos	98	68
Eventos para servidores do TCEES	60	53
<i>Interno (promovido pelo TCEES)</i>	25	14
<i>Externo (promovido por outras instituições)</i>	27	26
<i>Iniciativa do servidor</i>	-	2
<i>Outros eventos</i>	8	11
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	11	15
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	27	-
Pessoas capacitadas	3.976	6.385
Servidores e membros do TCEES	498	352
Jurisdicionados (Presencial)	72	902
Jurisdicionados (EAD)	3.406	5.131
Horas de capacitação	73.366	23.809
Servidores e membros do TCEES	4.862	5.312
Jurisdicionados (Presencial)	384	3.828
Jurisdicionados (EAD)	68.120	11.860

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com **14.292** itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2016 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 162.031.790,00.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31/12/16.

(valores em R\$)

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	155.677.235,00	155.997.235,00	121.559.724,31	118.481.535,30	118.278.917,93
Pessoal	132.519.090,00	132.729.090,00	102.089.776,65	101.153.417,64	100.950.800,27
Pessoal - Ativo	115.616.690,00	115.826.690,00	102.089.776,65	101.153.417,64	100.950.800,27
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	16.902.400,00	16.902.400,00	-	-	-
Outras despesas (custeio)	23.158.145,00	23.268.145,00	19.469.947,66	17.328.117,66	17.328.117,66
Despesas de capital (investimento)	6.354.555,00	6.034.555,00	3.646.660,75	940.690,22	940.690,22
Total Geral	162.031.790,00	162.031.790,00	125.206.385,06	119.422.225,52	119.219.608,15
Total Disponível ⁽³⁾	145.129.390,00	145.129.390,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento art. 10 da Lei nº 10.492/16 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	Janeiro a dezembro/2016
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	100.416.015,12
Receita Corrente Líquida – R\$	11.884.435.326,99
Limite apurado – %	0,845
Limite máximo – 1,300 %	154.497.659,25
Limite prudencial – 1,235 %	146.772.776,29
Limite de alerta – 1,170 %	139.047.893,33

Fonte: RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

4.3 SERVIÇOS GERAIS

As atividades do Núcleo de Obras e Manutenção - NOM no 4º trimestre foram:

- ✓ Manutenção da Subestação elétrica;
- ✓ Elaboração de Projeto Básico para contratação de projeto de energia solar;
- ✓ Elaboração de Projeto Básico para contratação de projeto executivo estrutural de reforma do telhado;
- ✓ Elaboração de Projeto Básico para contratação de projeto executivo de reuso de água;
- ✓ Elaboração de Projeto Básico para aquisição e instalação de plataforma elevatória de acessibilidade para o auditório;
- ✓ Elaboração de Projeto e contratação de reforma do piso laminado da Secretaria do MPC;
- ✓ Projetos de reforma de divisórias: NCD, Sala OAB, SGS – Recursos, NJS;
- ✓ Execução de alterações de divisórias: NCD;
- ✓ Projetos de adequação de leiautes conforme solicitações;
- ✓ Execução de instalações elétricas para a instalação dos aparelhos de ar condicionado;
- ✓ Acompanhamento do processo de alvará junto à PMV e ao CBMES;
- ✓ Alimentação de informações para o informativo Zé da Obra;
- ✓ Acompanhamento do contrato de manutenção dos elevadores;
- ✓ Acompanhamento do contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado;
- ✓ Planejamento do orçamento 2017 da Ação 1010;
- ✓ Atendimento das solicitações de serviços de manutenção predial.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	4º trim 2015	4º trim 2016
Correspondências expedidas	7.118	3.573
Correspondências recebidas	4.791	5.687
Nº de processos arquivados	713	1.059
Nº de processos autuados	1.828	2.107
Processos de Pessoal do TCEES	3	8
Processos Administrativos do TCEES	108	154
Processos de Controle Externo	1.717	1.945

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	“Ética e transparência” e “Responsabilidade Sustentável” são valores preconizados pelo TCEES. Com gestão ética e transparente, a instituição tem diversas iniciativas que reforçam seu compromisso com uma sociedade mais justa: apresentações diversas do Coral de Contas - formado por servidores da casa - em instituições filantrópicas e terminais rodoviários da Grande Vitória; campanhas solidárias e empréstimo do auditório da Escola de Contas Públicas (ECP).

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	4º trim 2015	4º trim 2016
Atendimentos a jornalistas	99	73
Jornalistas recebidos no TCEES	18	17
Entrevistas coletivas	2	-
Releases enviados à imprensa	41	39
Edições do "Na Sessão"	10	7
Publicações especiais	5	2
Textos institucionais elaborados	5	6
Remessa do Informativo <i>Acontece</i>	6.000	3.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	41	55
Notícias inseridas na Intranet	32	13
Campanhas internas realizadas	1	3
Campanhas solidárias realizadas	3	1
Diário oficial eletrônico	61	60

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 4º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	4º trim2015	4º trim2016
Estações de trabalho	565	700
Servidores com acesso aos recursos da rede	649	642
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	6	5
Sistemas em funcionamento	40	41
Desenvolvidos pela STI	28	29
Adquiridos de terceiros	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.
Módulo de Monitoramento de Decisões do e-TCEES	Sistema que permite à área técnica do TCEES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
Banco de Achados	Sistema que disponibiliza aos auditores do TCEES a consulta e o cadastramento de informações e artigos atinentes a cada achado de auditoria (critério, texto para o relatório de auditoria, possíveis recomendações e determinações, posicionamento técnico conclusivo, entendimento do plenário e das câmaras do TCEES, de outros Tribunais, e entendimentos doutrinários).

4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) instituído por meio da Resolução TC N.º 223, de 16 de dezembro de 2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES juntamente com as demais unidades integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

Ao NCI compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES. Sua estrutura organizacional possui 01 (um) Auditor de Controle Externo e 01 (um) Assistente Técnico, ao final do 4º trimestre.

- Principais Atividades:

- ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração das normas dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno;

- ✓ Revisão de normas de procedimentos apresentadas a este setor pelas unidades setoriais de controle com base na metodologia BPM (Business Process Management), segundo padronizações definidas pela ABPMP (Association of Business Process Management Professionals) utilizando a ferramenta Bizagi Process Modeler.
- Participação de servidores do NCI em Conselhos/Comissões/Grupos de Trabalho, Conferências e Treinamentos:
 - ✓ Participação de servidor na Comissão de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, como membro suplente.
 - ✓ Participação de servidor em Comissão Permanente de Licitação, por ocasião da Concorrência 01/2016.
- Revisão e elaboração de Normas Internas:
 - ✓ Revisão das minutas das Normas Internas de Procedimentos:
 - SCL - 01/2016 – Procedimentos para contratação de bens, serviços, obras e serviços de engenharia;
 - SEC – 01/2015 - Participação em eventos externos de capacitação.

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo NPP, no 4º trimestre de 2016:

- ✓ Suporte aos projetos priorizados do Plano Executivo 2016;
- ✓ Acompanhamento da execução do Contrato nº 14/2016 – contratação da Fundação Dom Cabral – FDC para aprimoramento da gestão estratégica do TCEES: Etapas Arquitetura Organizacional, Sistemática de Acompanhamento dos Projetos Estratégicos e Modelo de Gestão Estratégica de Pessoas;
- ✓ Gestão do projeto Plano de Ação MMDTC-QATC do TCEES;
- ✓ Elaboração de Relatório de Atividades do 3º Trimestre 2016;
- ✓ Organização e condução do I Workshop de Planejamento do TCEES.
- ✓ Participação e produção de relatórios para a Câmara de Gestores Orçamentários do TCEES.

NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA

O Núcleo de Jurisprudência, no 4º trimestre de 2016 realizou as seguintes atividades:

- ✓ Publicação quinzenal e envio, aos usuários cadastrados no site, do Informativo de Jurisprudência. Disponíveis em: <http://www2.tce.es.gov.br/nucleo-de-jurisprudencia-e-sumula/boletim-informativo/>;
- ✓ Atualização diária do banco de dados do MapJuris, com a inserção e sistematização rotineira de entendimentos emanados por este Tribunal nos processos sob a sua jurisdição, publicados por meio de excertos. Disponíveis em <https://mapjuris.tce.es.gov.br/>;
- ✓ Realização de Estudos Técnicos de Jurisprudência objetivando a análise da existência, no âmbito deste Tribunal, de súmulas de jurisprudência, prejudgados ou deliberações, sobre temas que são objeto de consultas formalizadas a este Tribunal, nos termos do artigo 445, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 261/13.

O Informativo de Jurisprudência é o boletim elaborado pelo Núcleo de Jurisprudência que tem por escopo apresentar, resumidamente, as teses jurídicas que foram discutidas e aprovadas na Sessão Plenária, Sessão da 1ª Câmara ou Sessão da 2ª Câmara. Trata-se de compêndio das decisões publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Espírito Santo, considerando critérios de ineditismo, relevância ou reiteração.

O MAPJURIS é um sistema de pesquisa e sistematização dos entendimentos proferidos por esta Corte de Contas. É competência do Núcleo de Jurisprudência e Súmula inserir as informações no MAPJURIS e sistematizar os entendimentos que forem se consolidando, por meio da extração de teses jurídicas das deliberações do Tribunal, organizando-as em uma árvore de assuntos. A categorização das decisões permite uma análise de várias teses sobre um mesmo assunto e conseqüentemente a formação dos entendimentos.

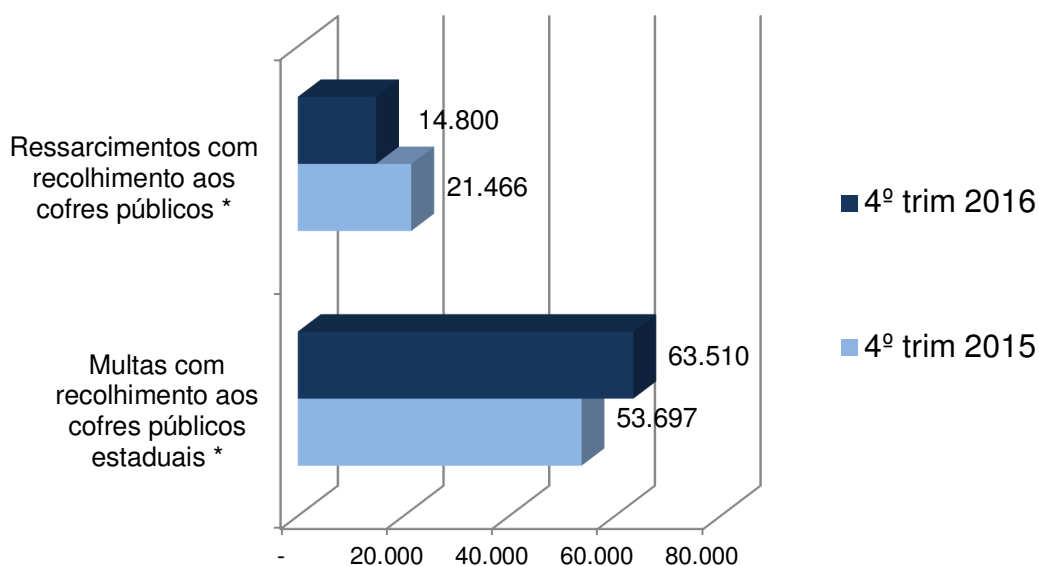
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	4º trim 2015	4º trim 2016
Processos distribuídos	2.368	5.394
Pareceres emitidos	2.754	5.380
Termos de atualização de valores a cobrar	95	26
Termos de verificação de valores pagos	21	18
Novas cobranças cadastradas no sistema	94	24

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	4º trim 2015	4º trim 2016
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	53.697,33	63.510,48
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	21.465,79	14.800,13
Total	75.163,12	78.310,61

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (biênio 2016/2017).

1. Reuniões

No 4º trimestre de 2016, a Equipe da Corregedoria se reuniu periodicamente com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD). As reuniões realizadas tiveram como objetivo tratar de assuntos relacionados às atribuições da Corregedoria no que tange ao aperfeiçoamento do controle externo e ações disciplinares.

2. Pesquisas

Com o intuito de promover melhoria das atividades desta Corregedoria, foram realizadas pesquisas relativas às atividades e estudo de normativos das corregedorias de diversos tribunais de contas do Brasil, em especial as corregedorias dos tribunais de contas dos estados de Mato Grosso, Rondônia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A convite da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) a equipe da Corregedoria participou da comissão responsável pela elaboração do guia “Boas Práticas de Corregedoria dos Tribunais de Contas”. Neste documento estão reunidas pesquisas onde foram identificadas práticas utilizadas pelas corregedorias dos tribunais de contas, tendo como base os critérios estabelecidos pelo MMD-TC (Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas).

3. Eventos

Esta Corregedoria participou da organização do II Seminário de Governança Pública, realizado pelo TCEES em parceria com o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

4. Viagem técnica

Visando aprimorar e desenvolver os trabalhos desenvolvidos no setor, servidores da Corregedoria participaram do V Encontro Nacional dos Tribunais de Contas realizado em Cuiabá – MT, na ocasião foi apresentado aos participantes do evento o guia “Boas Práticas de Corregedoria dos Tribunais de Contas”.

5. Campanhas

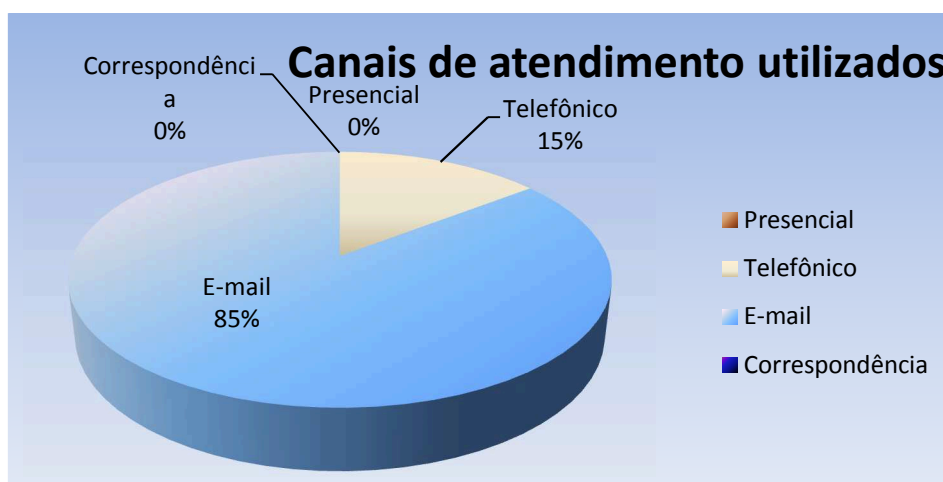
Ciente das metas de apreciação e julgamento dos processos estabelecidos pela Constituição do Estado do Espírito Santo, pela Lei Complementar Estadual nº 621/2012 e pelas diretrizes da Atricon, a Corregedoria elaborou uma proposta de Resolução estabelecendo prazos para apreciação e julgamento dos processos e metas de redução de estoque processual no âmbito do Tribunal. Na ocasião, foi dada a oportunidade a todos os servidores do tribunal participarem com opiniões e sugestões que contribuíssem para a melhoria desta proposta.

OUVIDORIA

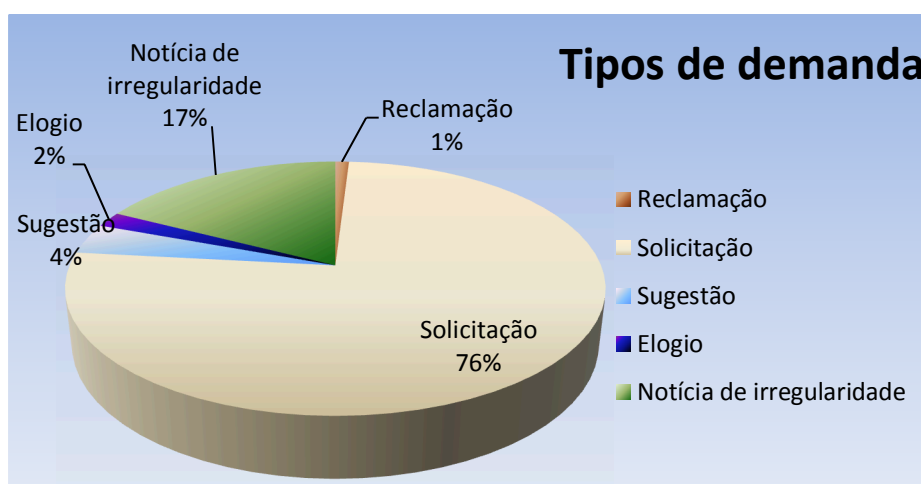
A Ouvidoria, prevista no art. 7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, tem como Ouvidor o Sr. Conselheiro Domingos Augusto Taufner.

No 4º trimestre de 2016, no desempenho de suas atividades, a Ouvidoria recebeu o total de **103 demandas**, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores públicos e demais cidadãos.

O canal mais utilizado pela população, para envio de suas manifestações, foi o **e-mail**, conforme informa o gráfico abaixo:



Quanto à tipologia, considerando a classificação adotada de acordo com o art. 19 da Resolução TC nº 274/2014, a “Solicitação” foi a mais utilizada:



Neste trimestre, as demandas a serem encaminhadas para outras unidades do Tribunal passaram a ser protocoladas eletronicamente, utilizando-se o sistema e-TCEES. Para tanto, foi criado um rol de “Assuntos” atinentes à Ouvidoria, para serem utilizados na abertura de novo protocolo eletrônico.

Houve, também, adequação na identificação do interessado, permitindo que o documento eletrônico possa ser cadastrado sem informar documentos pessoais do demandante, possibilitando, inclusive, a existência de interessados anônimos (por questões de sigilo e confidencialidade), conforme permissivo do art. 7º, inciso III, da Resolução TC nº 274/2014.

Tal mudança se fez importante, uma vez que o cidadão (munido do nº do protocolo) pode acompanhar a tramitação da demanda, através do portal eletrônico do órgão.

Quanto à participação da Ouvidoria em eventos de interesse deste Tribunal, este setor se fez presente, nos dias 10 e 11 de outubro, no curso “O Controle Social e os Tribunais de Contas”, ministrado pelo servidor Gustavo Rubert Rodrigues, evento promovido pela Escola de Contas Públicas desta Corte, com o intuito de instruir a sociedade acerca da importância do controle social para uma Administração Pública proba e eficiente.

No dia 7 de novembro, esta Ouvidoria participou do “II Seminário de Governança Pública”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no auditório desta Casa de Contas.

Este departamento se fez representar, também, no “Seminário de Orientação a Vereadores Eleitos”, realizado no auditório do Tribunal de Contas, em 17 de novembro, evento que objetivou capacitar os futuros membros dos Poderes Legislativos municipais, bem como aqueles que foram reeleitos, para o bom exercício de seus mandatos.

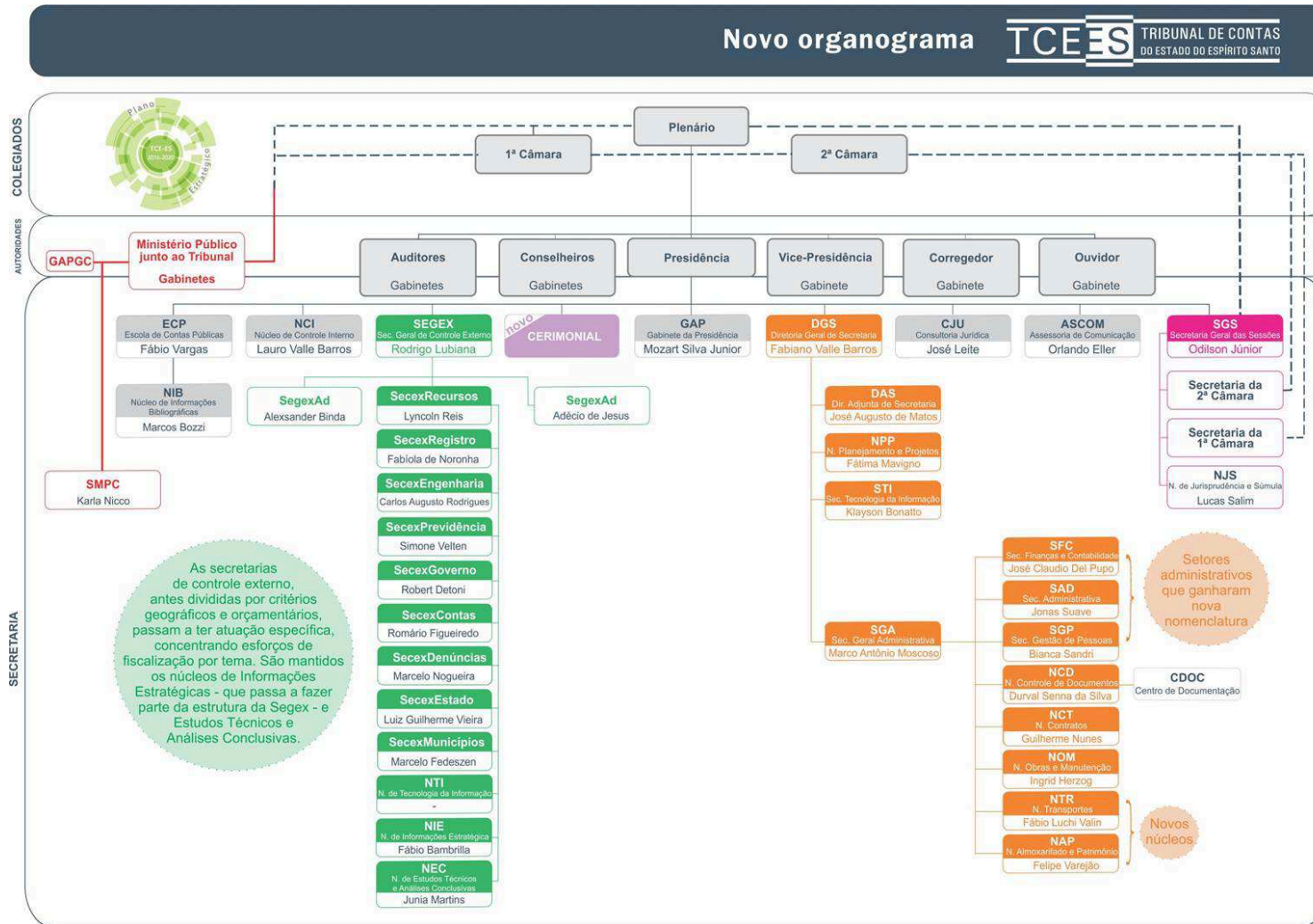
Nos dias 22 a 24 de novembro, a Ouvidoria esteve presente no “V Encontro Nacional dos Tribunais de Contas”, promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), sediado no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e que reuniu Conselheiros e técnicos dos Tribunais de Contas de todo o Brasil.

Em mais um evento de orientação aos futuros mandatários municipais, a Ouvidoria participou, ainda, do “Seminário de Orientação aos Prefeitos” (Gestão 2017-2020), realizado na sede desta Corte de Contas, em 12 de dezembro.

Na oportunidade, houve o lançamento do “CidadES – Controle Social”, que permite ao cidadão, através do portal eletrônico do Tribunal, acompanhar a aplicação do dinheiro público nos municípios do Espírito Santo, obter acesso às informações fiscais, econômicas, indicadores relacionados à saúde, educação e pessoal, por município, assim como ter uma visão consolidada de todos os municípios, com ranking comparativo e resultado das fiscalizações realizadas por esta Corte.

ANEXOS

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Adjunta de Secretaria	DAS
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
Secretaria de Finanças e Contabilidade	SFC
Secretaria Administrativa	SAD
Secretaria de Gestão de Pessoas	SGP
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Núcleo de Transportes	NTR
Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio	NAP
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
Secretaria Adjunta de Controle Externo	SegexAd
Secretaria de Controle Externo de Recursos	SecexRecursos
Secretaria de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal	SecexRegistro
Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia	SecexEngenharia
Secretaria de Controle Externo de Previdência e Pessoal	SecexPrevidência
Secretaria de Controle Externo de Macroavaliação Governamental	SecexGoverno
Secretaria de Controle Externo de Contas	SecexContas
Secretaria de Controle Externo de Denúncias e Representações	SecexDenúncias
Secretaria de Controle Externo de Fiscalização do Estado	SecexEstado
Secretaria de Controle Externo de Fiscalização dos Municípios	SecexMunicípios
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Jurisprudência e Súmula	NJS
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI